

ATA DA 076ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Arnaldo Moraes - Dado Cherem - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, catarinenses que acompanham esta sessão ordinária da Assembleia Legislativa.

Gostaria de falar sobre mais uma conquista importante em termos de saúde, que é a vacina contra a catapora que passa a ser ofertada pelo SUS. Quero dar ênfase a essa matéria, repercuti-la, porque julgo importante e também porque o tema saúde, deputado Jorge Teixeira, tem sido bastante debatido. A saúde realmente está na pauta dos debates em Santa Catarina, em nossos municípios e pelo país afora.

Tivemos mais uma conquista importante a respeito dessa vacina, como outras que passaram a ser fornecidas pelo Sistema Único de Saúde. No caso específico desta - e vou utilizar-me do material divulgado pela Agência Nacional de Saúde -, o público alvo é formado por crianças de 15 meses que já tenham tomado a primeira dose da tríplice viral. Com a nova vacina, o ministério da Saúde pretende reduzir as internações por varicela, catapora.

Sempre que se fala em saúde, fala-se também em prevenção. Infelizmente, não temos vacina para todo tipo de problema de saúde, mas naqueles casos em que já foram desenvolvidas vacinas, a prevenção tem-se mostrado muito importante.

O ministério da Saúde, por meio do Programa Nacional de Imunização, passa a oferecer, a partir deste mês, em toda a rede pública de saúde a vacina contra a varicela incluída na tetra viral que também protegerá contra sarampo, caxumba e rubéola. A nova vacina vai compor o calendário nacional de vacinação e será ofertada exclusivamente para crianças de 15 meses de idade que já tenham recebido a primeira vacina.

Com a inclusão da vacina, o ministério da Saúde estima uma redução de 80% das hospitalizações por varicela/catapora. Esse é um dado sempre importante. Hoje os nossos hospitais já estão superlotados, assim sendo, quanto mais prevenção, melhor para o cidadão e para a rede hospitalar.

Hoje temos dados que mostram que quase nove mil pessoas são internadas anualmente com varicela e ocorrem mais de 100 óbitos. Além disso, ela facilita o trabalho dos profissionais e traz economia, pois se usa apenas uma agulha, uma seringa, um único local de conservação, segundo o próprio ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Com a tetraviral o SUS passa a ofertar 25 vacinas, 13 delas já disponibilizadas no calendário nacional de vacinação. Foram investidos R\$ 127 milhões para a compra de 4,5 milhões de doses por ano.

A população deve informar-se nos postos de saúde mais próximos para saber se a vacina tetra viral já está disponível. Isso porque alguns municípios ainda estão adequando a rotina à nova vacina por causa da necessidade de capacitação dos profissionais para administração da dose ou pela dificuldade de distribuição para salas de vacinas em locais de difícil acesso.

Então, quero lembrar ainda que a tetra viral é segura, conforme garante o ministério da Saúde, pois tem 97% de eficácia e raramente causa reações alérgicas.

Quero reforçar essa conquista importante para os usuários do SUS - Sistema Único de Saúde. Como já dissemos aqui em outras ocasiões, há outras vacinas importantes a serem fornecidas como a da hepatite B, para a qual se aumentou gradativamente o limite de idade, muito embora defendamos a tese de que deva ser fornecida para toda a população, independentemente da idade.

Além disso, srs. parlamentares, também comemoramos recentemente o fornecimento da vacina HPV para as meninas até 11 anos. Eu acredito que todos têm que fazer um grande esforço em defesa da saúde no estado e nos municípios. Para isso, as campanhas públicas de esclarecimento sobre a importância da prevenção e vacinação são importantes, assim como é fundamental o aumento dos recursos destinados ao setor. Estados, união e prefeituras têm que estar cientes de que a melhoria da qualidade da saúde no país passa, sim, por uma melhor gestão e cuidado, mas passa também por mais recursos, por mais estrutura.

Acredito que, nesse sentido, o SUS, que é uma rede integrada da qual fazem parte os municípios, a união e os estados, tem essa tarefa importante, principalmente para as pessoas que não possuem planos de saúde e condição de arcar com recursos próprios a saúde privada.

Portanto, é uma grande conquista a inclusão de mais essa vacina no conjunto das vacinas fornecidas pelo Sistema Único de Saúde no Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados e público que acompanha esta sessão, retomo o assunto das supostas negociações que têm ocorrido entre o governo do estado e as entidades representativas dos trabalhadores da Segurança Pública.

Uma observação que se faz necessária é que temos mais ou menos a clareza de que o governo quer resolver a sua relação com as autoridades da Segurança Pública, delegados e oficiais. E a partir do momento em que aceita a concepção de remuneração para esses dois segmentos das cúpulas dessas duas grandes instituições, precisa trabalhar para que leve a imensa maioria, que está na base, a concordar com uma proposta que possa aliviar tensões, pressões e coações talvez lá por cima.

Faço essa observação porque se formou uma convicção férrea entre as autoridades do governo de que precisam dar R\$ 26 mil para os coronéis e para os delegados em fim de carreira. Uma convicção férrea de pessoas, lá no Executivo ou até no Legislativo, que há seis meses se falassem isso diriam que era um absurdo. E aí nos apresentam uma tabela que tem R\$ 26 mil em cima e R\$ 4 mil embaixo. Ora essa proporcionalidade não fecha com o que imaginamos ser justo no interior de instituições que usam o mesmo uniforme e que participam, segundo a Constituição, dos mesmos objetivos.

E, para compensar, passam a discutir coisas como a cereja que se vai colocar no bolo. E aí começam as discussões, porque existem outros elementos graves. A modalidade de subsídio que está sendo apresentada a pedido dos delegados e dos oficiais põe por terra uma série de outros direitos, inclusive a hora extra, ou seja, a definição da jornada de trabalho. E aí uma das cerejas que eles apresentaram é o banco de horas. Ora, se banco de horas em algum lugar no mundo é a

cereja, que não me apresentem o bolo. Pelas experiências que conhecemos, o banco de horas é sempre em benefício do empregador e em prejuízo do trabalhador. E é a luta dos trabalhadores no Brasil e pelo mundo afora.

Então, está-se discutindo a cereja que, na verdade, é o tal banco de horas. Outro elemento também é a gratificação de 60% do vencimento básico. Atenção! Não é aumento de 60% no salário, é uma gratificação equivalente a 60% do soldo para os militares e do vencimento para os civis. Para a imensa maioria dos servidores da Segurança Pública, a gratificação ou o subsídio, cujo piso começa por R\$ 4 mil, não vai passar de um acréscimo de 30%. Para alguns 100%, para outros 30%.

E aí o argumento do palácio é que não iria implementar a data-base, a reposição anual conforme a inflação, mais o índice de ganho real porque era injusto, pois quem ganha lá em cima, 6% é um valor, quem ganha embaixo, 6% é muito pouco. Esse era o argumento, mas agora se está fazendo o contrário. Está-se dando bastante lá para cima e aqui embaixo, mesmo para a turma que está na rua morrendo, como aconteceu com o cabo Cardoso, em Lages, há menos de 48 horas, muito pouco.

O governo, então, quer fazer isto ou aquilo, o subsídio ou gratificação, para pagar a primeira parcela somente em agosto de 2014, daqui a 11 meses. Onze meses, deputado Romildo Titon! Parece a gestação da jumenta, mas é o tempo que falta para o governo pagar a primeira parcela da sua política salarial para os servidores da Segurança Pública. As outras duas parcelas somente em 2015, no próximo mandato deste governador ou no próximo governo, até porque a soberania popular no ano que vem voltará às urnas. Por mais que se esforcem para ganhar por WO o jogo de 2014, a verdade é que haverá eleição e o povo será convocado às urnas.

Então, o parcelamento começa a ser pago daqui a um ano e termina daqui a dois anos e meio. Começando do ano passado e considerando que a última parcela será paga no final de 2015, de 2012 a 2016, quando haveria a outra, são quatro anos.

Quatro anos de reposição da inflação é quanto? Por acaso não ficaria em torno de vinte e tantos por cento, mantido o patamar de INPC que temos vivido nos últimos anos? Ou seja, seis por meia dúzia para pagar a longo desse prazo imenso. As "Casas Colombo" estão com o parcelamento mais esticado que o antigo "Magazine Luizão" na política salarial para os servidores.

Portanto, é preciso que reflitamos sobre isto. É preciso que a categoria dos trabalhadores da Segurança Pública reflita sobre isso. E é evidente que este Poder precisa e irá discutir sobre isso daqui a alguns meses. O nosso trabalho e a nossa luta serão por justiça salarial, por dignidade profissional, por uma carreira mais decente para os servidores da Segurança Pública.

Por fim, quero, ao término desta semana legislativa, voltar à questão da qual falei ontem, porque não costumamos, aqui, prestar atenção, mas parece, pelo menos parece, que o que está acontecendo para além dos horizontes da nossa província é importante para o conjunto da humanidade, que é a ameaça de mais um ataque genocida dos Estados Unidos a um país contra o qual existem acusações não comprovadas. Dizem que provas existem, mas não mostram, da mesma forma que fizeram no caso do Iraque e do Afeganistão.

Pasmem, agora os Estados Unidos, lá na Síria, são aliados da Al-Qaeda, de Bin Laden, mas continuam falando em luta contra o terrorismo e contra armas de destruição em massa.

Catarinenses, a humanidade não pode mais aceitar essa violência!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Na ausência de representantes do PSD que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o assunto que trago a esta tribuna no dia de hoje refere-se à saúde do Brasil. Ouvi atentamente o discurso do deputado Neodi Saretta, que trouxe uma boa notícia, que é a disponibilização da vacina contra a catapora pelo SUS. Isso é muito bom para todos os brasileiros, principalmente para aqueles que dependem mais do serviço público de saúde.

Nós vivemos uma situação delicada no país e quero aqui fazer justiça. Desde 1997 estamos passando por dificuldades com os hospitais. Por que isso? Obviamente que existem várias causas, mas entre elas temos que destacar que desde 1997 os preços dos serviços não são reajustados. Os serviços de consulta, de internação, os procedimentos cirúrgicos, os exames laboratoriais de baixa, média e alta complexidade continuam sendo pagos com valores de 1997. Não houve nem a reposição da inflação, que foi de 160% no período.

É evidente que com a falta de recursos para custeio, os problemas vão-se agravando porque a cada dia que passa a situação é mais grave. Recebemos todas as semanas apelos, pedidos de dinheiro para os hospitais, uma vez que não conseguem mais se sustentar. Acredito que se não houver essa reposição, uma negociação nesse sentido, na qual o governo assumira o compromisso de começar a repor toda a inflação acumulada, que corroeu o valor pago pelo SUS, vamos ter mais problemas ainda!

Vale lembrar que os municípios já estão investindo na saúde mais do que determina a lei. Ou seja, a lei estabelece que o município tem que aportar no mínimo 15% do seu Orçamento na saúde. Tenho conversado com vários prefeitos e a grande maioria, independentemente da cor partidária, está gastando mais de 20%!

Então, não há como pedir mais uma vez para os municípios complementarem o pagamento dos serviços da saúde feitos pelos SUS porque não existem condições, não existem recursos. Por seu turno, os estados, a maioria deles já vem gastando os 12% que determina a Constituição. Mas, pelo

conhecimento que temos, no âmbito federal é que a situação é crítica, ou seja, está longe de repassar um percentual definido.

Acho, sr. presidente, que é preciso fazer justiça, assim como, obrigatoriamente, os municípios e os estados têm que alocar 15% e 12%, respectivamente, na área da saúde, o mesmo deveria ocorrer com a união. Cabe à Câmara Federal e ao Senado debater esse assunto com profundidade e fazer com que também seja estabelecida uma regra legal para que a união aloque um percentual definido na saúde brasileira.

Era isso sr. presidente, deputado Romildo Titon.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Gostaria de cumprimentar meu grande amigo Avanildo Daniel Grassi, conhecido como Belinho, vereador de Celso Ramos, que participa desta sessão. Seja bem-vindo!

Ainda dentro do horário reservados aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Renato Hinnig, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Deputado Romildo Titon, gostaria de dividir o meu tempo de hoje com v.exa. porque 14 minutos é muito tempo.

Prezados deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, estive, na semana passada, numa audiência no ministério da Agricultura, em Brasília, agendada pelo deputado Peninha, que me acompanhou. Conosco estava o setor da pesca de Santa Catarina, vários empresários e a direção do Sendip. Ressalte-se que o setor pesqueiro é muito representativo para a nossa economia, porque representa 70% da produção do pescado brasileiro.

A nossa conversa com o ministro foi no sentido de pedir o seu empenho para a reformulação do Riiespoa (Regime de Inspeção da Indústria de Produção de Origem Animal), que data de 1952 e que não atende mais à evolução tecnológica que

aconteceu durante esse tempo. O ministro nos informou que na sala ao lado daquela em que nos recebia, estava um grupo de técnicos discutindo exatamente esse assunto, o que nos encheu de esperança.

Trago esse assunto aos colegas parlamentares e à população pela importância que tem, já que Santa Catarina é um dos estados pioneiros e tradicionais na produção de alimentos de origem animal. A legislação pertinente não é tarefa deste Parlamento, mas, sem dúvida, a mobilização política é importante. E os colegas parlamentares, quando forem visitar suas bases e tiverem contato com os representantes das indústrias de alimentos, procurem verificar a importância que tem essa questão, que poderá solucionar uma série de fatores que vêm atrapalhando o bom desempenho do setor e criando restrições que precisam ser removidas.

Também gostaria de aproveitar este momento para falar mais uma vez sobre a questão da mobilidade urbana.

Quero cumprimentar e agradecer o empenho do deputado Reno Caramori, presidente da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano desta Casa, que, junto conosco, está-se empenhando, assim como os técnicos da comissão, para conseguir organizar, na Semana da Mobilidade Urbana, no período de 22 a 28 de setembro, várias atividades nesta Casa, com o apoio da Presidência, visando trazer à pauta novamente esse assunto. E estamos procurando mobilizar os municípios para que os prefeitos encaminhem para a participação nesse evento os técnicos responsáveis pela questão da mobilidade urbana.

Teremos aqui a presença de representantes do ministério das Cidades, especialistas no tema, e também estamos convidando um especialista que atua no Rio Grande do Sul, com vasto conhecimento nessa área, para nos trazer informações e criar uma oportunidade de debate sobre a lei nacional de mobilidade urbana, que estabelece prazos para que todos os municípios do Brasil - e Santa Catarina não é diferente - tenham os seus planos de

mobilidade urbana prontos até 2015. Isso nos preocupa porque estamos sentindo que esse assunto ainda não entrou na pauta da maioria dos municípios.

É preciso mobilizar para que consigamos fazer um bom trabalho e ter planos municipais de mobilidade urbana que contemplem as necessidades atuais. Em Santa Catarina, em cada uma das suas regiões, há problemas sérios de mobilidade urbana e esse assunto, quero crer, vai ficar na pauta durante muito tempo ainda. Por isso precisamos dar essa atenção.

Por ocasião desse evento teremos também a participação da SC Parcerias, que está coordenando o trabalho da PMI, a manifestação pública de interesse que o governo do estado lançou para que fossem apresentados projetos para implantar na região da Grande Florianópolis um modelo de transporte coletivo seguro, atraente, com tarifas condizentes, interligado com transporte marítimo, que seja capaz de atrair o atual usuário de veículo particular para passar a usar o transporte público.

Isso é por demais necessário, é uma missão que nos é atribuída e que precisa de uma solução. Dois projetos foram apresentados e serão expostos nesta Casa para conhecimento dos sr. deputados e da população de Santa Catarina. Assim, teremos nas mãos uma grande oportunidade de escolher um dos dois ou até mesmo utilizar partes de cada um, para termos um projeto de mobilidade urbana a ser apresentado ao governo federal, com o que nos habilitaremos a receber R\$ 50 bilhões. Mas para isso precisamos da mobilização política dos deputados estaduais, da nossa bancada federal, para que consigamos habilitar o nosso estado para esses recursos.

Em decorrência disso, foi aprovada nesta Casa uma moção proposta por nós e enviada ao Poder Executivo, propondo que encaminhe para esta Casa projeto de lei criando um fundo metropolitano da Grande Florianópolis e fazendo adequações necessárias à lei que criou as Regiões Metropolitanas em Santa Catarina.

Aproveito a oportunidade para pedir o apoio dos parlamentares para que apreciemos em regime de urgência esse importante projeto, a fim de que consigamos remover qualquer obstáculo que coloque em risco o recebimento desses recursos. Isso, sem dúvida, será um grande avanço e poderemos começar a instalar as regiões metropolitanas no estado, uma vez que aprovamos a lei competente, mas até agora elas não aconteceram na prática, o que se faz necessário. E temos que começar, pelo menos, pela primeira, para adquirir experiência, fazê-la funcionar adequadamente para, paulatinamente, ir implantando as demais.

Eram essas as considerações, sr. presidente. Obrigado pelo espaço e bom-dia aos catarinenses.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Bem, deputado Renato Hinnig, a divisão não foi muito justa. V.Exa. me cedeu um espaço, mas deixou-me um minuto apenas.

O próximo horário pertence ao Partido dos Trabalhadores. Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, público catarinense, falando em matemática, tenho um bom resultado matemático, deputado Silvio Dreveck, de um estudo concluído em 2012 por pesquisadores de uma universidade da Inglaterra, que confirma que o tempo de permanência na escola das crianças cujas famílias recebem o Bolsa Família, associada ao valor do benefício pago a elas, contribuiu para a melhoria dos resultados nas escolas.

O título do trabalho é A Contribuição do Bolsa Família para o sucesso educacional de crianças economicamente desfavorecidas no Brasil e o seu resultado atesta que o programa atenua os impactos da pobreza na educação, criando, dessa forma, oportunidade para a permanência das crianças em sala de aula, o que resulta em melhoria na performance desses alunos.

Os resultados, srs. parlamentares, do Bolsa Família sobre o desempenho escolar ocorre no momento em que o governo busca melhorar a

qualidade do ensino em nosso país, colocando as crianças em tempo integral na escola, já que agora pais e mães trabalham. Esse programa se chama Educação + 10 e conveniado com todas as prefeituras do nosso país pode, no contra turno escolar, oferecer outro tipo de atividade.

Apesar de pouco divulgado, um dos melhores resultados do Bolsa Família está na área da educação. Muitas áreas melhoraram, mas a melhoria na educação foi significativa. Hoje, 15 milhões de crianças cujas famílias recebem o benefício estão em sala de aula e com um bom desempenho escolar. A taxa de aprovação dos filhos dos beneficiários do Bolsa Família em 2012 ficou bastante próxima à média nacional. No caso do ensino médio, ela é superior à média nacional. O abandono escolar, que era uma preocupação constante no país, é menor do que o registrado na rede pública, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio.

De acordo com o senso escolar de 2012 da educação básica, a taxa média nacional de aprovação dos alunos do ensino médio foi de 75%. Já entre os estudantes do Bolsa Família ficou em 80%, ou seja, 5% a mais do que aquelas cujos pais não recebem o benefício do Bolsa Família. Na região nordeste a aprovação superou 80%, srs. deputados!

Outro indicador que mostra por que o Bolsa Família é uma política pública exitosa para o governo, é que em 2012 a taxa de abandono dos estudantes do ensino médio do Bolsa Família foi de 7%, bem menor do que o dos demais estudantes da rede pública, que foi de 11%.

No norte e no nordeste do nosso país, o abandono dos alunos do Bolsa Família chegou a ser metade da média regional. Para o ensino fundamental, o índice registrado foi inferior à média do país.

As famílias beneficiárias do Bolsa Família devem garantir, e esse é um pré-requisito, que suas crianças de seis a 15 anos estejam na escola com 85% de frequência, enquanto os estudantes de 16 a 17 anos precisam ter um frequência escolar da ordem de 75%.

O dados comprovam, deputada Angela Albino e srs. deputados, a eficácia do programa, que não apenas combate a pobreza, mas promove direitos, e isso é o mais importante. Todas as políticas do governo da nossa presidenta Dilma Rousseff têm o objetivo de promover a inclusão social.

Os resultados do Bolsa Família, programa que muitos ainda criticam por não entenderem a sua dimensão, são notáveis. Ele é fantástico porque não é uma esmola, é um programa de inclusão de pessoas, principalmente crianças, pois se quisermos ter um país melhor, temos que começar com a educação, e o Bolsa Família está registrando isto: que as crianças estão dentro da escola.

Ao garantir segurança alimentar, nutricional e promover o direito humano da alimentação, contribui também para melhorar o aprendizado de crianças e adolescentes, promovendo o direito à educação. E olhem que essa é uma pesquisa feita não em nosso país, mas numa universidade da Inglaterra.

O governo acerta em estabelecer a manutenção dos filhos dos beneficiários na escola como uma condicionante para o recebimento do benefício. Isso é fundamental, porque o programa, além de combater a fome e a miséria, é um grande mecanismo de promoção ao acesso à educação. Todos sabem que a educação é o instrumento mais eficaz para viabilizar a emancipação social e política dessas famílias.

Em todo o Brasil, o Bolsa Família atende cerca de 13,7 milhões de famílias, sendo que 93,2% dos cartões estão em nome de mulheres. São elas que recebem e distribuem a renda familiar para evitar, inclusive, transtornos, porque sabemos que as mães cuidam mais dos seus filhos. Aliás, outra ação revolucionária do Bolsa Família se dá no empoderamento das mulheres. O Brasil começa a entender o poder social e transformador do programa, que promove o empoderamento das mulheres.

Estamos vencendo, graças a Deus, o preconceito de que o Bolsa Família é esmola, porque ele é, de fato, um instrumento poderoso de inclusão social,

para que todas as pessoas carentes possam ser incluídas num programa nutricional, de empoderamento das mulheres e de avanço educacional.

Pesquisas científicas atestam isso. E cito agora pesquisa feita no Brasil, mais especificamente na Universidade de Campinas e na UFSC, pelos professores Walquíria Leão Rego e Alessandro Pinzani, da Universidade de Campinas e da Universidade Federal de Santa Catarina, publicada no livro *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*.

Durante a pesquisa os professores ouviram beneficiários do Bolsa Família, observando as transformações decorrentes do programa especialmente na vida das mulheres e chegaram à conclusão de que a mudança é grande. Quando você tem um patamar de igualdade mínimo, você muda a sociedade. Claro que as coisas não são automáticas. Isso não pode ser posto como a salvação da nação, mas é um começo, afirmaram.

O livro retrata a transformação das mulheres, a construção de sonhos, o cuidado com as crianças e a libertação do machismo, que é secular.

O presidente Lula, como nordestino retirante, sabia o que estava fazendo quando criou o Bolsa Família. Ele sofreu na pele isso, ele foi discriminado. E nós, que vivemos realidade social melhor, precisamos, no mínimo, de um olhar solidário às pessoas que mais precisam. Todos falam em solidariedade, em mudanças, mas por que ainda criticam o Bolsa Família que é um programa que emancipa, que inclui crianças, adolescentes e famílias?

O grande desafio da nossa presidenta Dilma Rousseff agora é eliminar a miséria no país. E para isso todos estão convocados. Srs. parlamentares e sra. deputada, precisamos do envolvimento e do compromisso social dos governos estaduais e dos governos municipais para erradicar a pobreza e a miséria.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, inicialmente quero saudar o senador Aécio Neves, que ontem, em Brasília, juntamente com a bancada do PSDB, instalou o site Portal Social, que é uma porta aberta para todos os brasileiros, jovens, crianças, adultos, participarem dando sugestões do que deve ser incluído no programa do candidato a presidente nas eleições de 2014.

Quero cumprimentar também o senador Paulo Bauer, que todas as semanas tem feito caminhadas por regiões diferentes do estado, motivando o PSDB, pois o partido tem uma militância grande, tem uma intenção de voto muito grande em todo o estado, tanto é que nas últimas eleições presidenciais foi quem apresentou o melhor resultado, sinal de que existe fé nos programas apresentados pelo PSDB, que naturalmente vem multiplicando suas lideranças em Santa Catarina.

O senador Paulo Bauer, que já passou pela região de Blumenau, pelo alto vale, pela região serrana, muito provavelmente passará por Brusque, inclusive para ter contato com o PSDB e para fazer uma visita especial ao Clube Atlético Carlos Renaux, que no dia 14 de setembro promoverá sua festa de centenário. Trata-se do primeiro time esportivo de Santa Catarina a completar 100 anos, ou seja, é o vovô do esporte catarinense.

Certamente muitas lideranças estarão participando desse evento no dia 14 e o senador Paulo Bauer, que tem sido persistente e vem caminhando pelo estado afora motivando as executivas do PSDB a somarem-se a um projeto no sentido de buscar novas alternativas para o estado e o país, far-se-á presente.

Quero ainda saudar o presidente do PSDB de São João Batista, sr. Francisco Soares, que ontem

promoveu um belo encontro para organização do partido, buscando lideranças, encaminhando filiações, a fim de que no próximo ano tenhamos um time que traduza os anseios e as demandas do vale do rio Tijucas, principalmente de São João Batista.

Quero saudar o professor Marcelo Miranda, de educação física, que juntamente com este deputado tem sonhado um pouco sobre o FIA - Fundo para Infância e Adolescência. Na verdade, com essa alternativa, a sociedade utiliza parte dos recursos do imposto de renda, 6% do imposto devido pelas pessoas físicas e 1% sobre o lucro real das empresas - para financiar projetos destinados a promover socialmente crianças e adolescentes.

Se conseguíssemos mobilizar a sociedade catarinense a doar para o FIA, viabilizaríamos a arrecadação de recursos da ordem de R\$ 70 milhões. Mas, infelizmente, ao verificarmos o que o FIA conseguiu arrecadar em 2012, vemos que o total não chegou a R\$ 4 milhões. Criciúma, por exemplo, que tem grande capacidade de arrecadação, não passou de R\$ 280 mil. Blumenau, Chapecó, Joinville e Lages dificilmente chegaram a R\$ 400 mil.

Por conta desse desânimo geral, o Conanda - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - publicou uma resolução permitindo os chamados projetos chancelados, que são aqueles em que a entidade elabora uma proposta, seja na área do esporte, da cultura, da música, e as universidades, os clubes, as igrejas, as associações chancelam-na.

Naturalmente, tem que ser coerente, tem que estar de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse caso é apresentado ao Fundo Municipal para a Infância e Adolescência e, se aprovado, estará apto a captar o recurso.

Então, com a alternativa dos projetos chancelados, mais professores...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão o seu encaminhamento conforme determina o art. 206 Regimento Interno: Projetos de Lei n.s: 0088/2013, 0093/2013, 0127/2013, 0163/2013, 0170/2011 e 0363/2012.

Esta Presidência comunica também que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0369/2012, 0377/2013, 0399/2013, 0400/2013, 0409/2013, 0414/2013, 0431/2013, 0432/2013, 0437/2013, 0440/2013, 0447/2013, 0498/2013, 0500/2013, 0504/2013, 0507/2013, 0508/2013, 0514/2013, 0516/2013, 0519/2013, 0522/2013 e 0528/2013.

Já a comissão de Turismo e Meio Ambiente apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0489/2013, 0627/2013 e 0643/2013.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0016/2013.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que será enviada ao destinatário a Indicação n. 0566/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Igualmente, esta Presidência comunica que defere o Requerimento n. 0962/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Moção n. 0092/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada à presidenta da República, aos ministros da Ciência e Tecnologia e das Relações Internacionais, aos senadores e deputados federais de Santa Catarina, manifestando apoio à indicação do pesquisador Clóvis Ricardo Montenegro de Lima à direção do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Manoel Mota, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, amigos que nos visitam no dia de hoje, é com muita alegria que faço alguns registros importantes, como a luta sem limites pela BR-101. Nós conseguimos fazer com que o lote 26 seja entregue em dezembro, toda a obra de Araranguá a Sombrio, inclusive com os viadutos prontos.

Quanto aos lotes do Morro do Formigão, uma empresa saiu, outra assumiu e está tocando as obras em três turnos. Dessa forma, acredito que em dezembro de 2014 ou janeiro de 2015 serão entregues as obras do Morro do Formigão.

No terceiro trecho, que é o da ponte da Cabeçuda, também estão trabalhando em três turnos e já anteciparam o cronograma de trabalho. Acredito que em fevereiro ou até abril de 2015 a ponte esteja concluída e tenhamos aquele trecho praticamente pronto, a fim de dar tranquilidade e segurança aos usuários da BR-101 trecho sul.

Sr. presidente, para nossa alegria saiu, nesta semana, a licença ambiental para construção do túnel no Morro dos Cavalos. Lá havia, inicialmente, quatro casas de índios, mas agora já há mais ou menos uns 300. A obra deverá ser licitada dentro de dois ou três meses e, na verdade, está atrasada, mas pelo menos está tudo encaminhado.

Srs. deputados, com o término das obras da BR-101 sul não vão desaparecer os acidentes, mas vão diminuir muito. Portanto, muitas vidas serão salvas e a população e os usuários terão mais tranquilidade.

Queremos reconhecer desta tribuna o trabalho desenvolvido pelo diretor do DNIT, engenheiro João José, que de uma forma ou de outra vem dando sua contribuição para que a obra seja terminada o mais brevemente possível. Recentemente, as chuvas estragaram muito a pista de rolamento, mas assim que as águas baixaram, lá estava o DNIT tapando os buracos, arrumando a pista e procurando dar segurança aos motoristas.

Muitos desses trechos não ficaram como esperávamos, a obra não está com uma qualidade excelente, mas as empresas estão voltando e recuperando a pista onde há necessidade. Quer dizer, a obra não está abandonada.

E isso é muito importante, porque o movimento naquela rodovia vai aumentar, já que haverá um grande investimento no porto de Imbituba, que vai ser um dos grandes portos do estado, posto que o calado é excelente e não há risco de enchente.

Quanto ao aeroporto de Jaguaruna, parece que o primeiro voo já está agendado para o dia 12 de outubro, que é o dia da padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida. Parece que a TAM é que vai fazer esse voo nesse que será um grande aeroporto e que muito ajudará o desenvolvimento do sul do estado.

Eu tenho dito sempre desta tribuna que o porto de Imbituba, o aeroporto de Jaguaruna e a BR-101 serão o tripé do desenvolvimento de toda a região sul do nosso estado, que era tratada como uma região pobre, mas que tem um potencial muito grande.

Catarinenses, a empresa que ganhou a licitação da BR-285 já está preparando o projeto para iniciar a obra, que deverá estar concluída em dois anos. Essa rodovia ligará os municípios de Araranguá, Ermo, Turvo, Timbé, São José dos Ausentes, Vacaria, Lagoa Vermelha, Bom Jesus, Passo Fundo, São Borja, Erechim e Carazinho. Vai ligar também Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile ao sul de Santa Catarina. Assim, toda a produção de soja passará a ser escoada pelo porto de Imbituba, porque diminuirá o trajeto em 250 km em

relação ao porto do Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

Além disso, queremos explorar o potencial turístico do sul do estado, sendo que a serra do Faxinal, aquela das pererecas famosas, também já recebeu sua licença ambiental, estando as obras em fase de licitação. Com isso vamos ligar Canela, Gramado e Caxias do Sul, num percurso com menos 200 km.

Temos o privilégio, porque Deus foi bondoso conosco, de levar, entre a serra e o mar, menos de uma hora. Poderemos estar na praia, tomando banho de mar, até as 14h, e depois, em menos de uma hora, poderemos conhecer o potencial da serra.

Portanto, aquela região, que tem muito potencial, precisava de investimentos. Os oito parlamentares sulistas - 20% deste Parlamento - estão trabalhando na busca de uma solução e com um só objetivo: desenvolver a região sul do estado.

Por isso, estamos trabalhando na esperança de fazer com que aquela região gere emprego, renda e qualidade de vida ao seu povo, porque este é o grande objetivo pelo qual trabalhamos no dia a dia neste Parlamento: ação, trabalho, dedicação, responsabilidade e lealdade com o povo e com a região.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.